



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Evolução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2017

Relatório do Conselho das Finanças Públicas

n.º 01/2018

janeiro de 2018

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão independente, criado pelo artigo 3.º da Lei n.º22/2011, de 20 de maio, que procedeu à 5.ª alteração da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho). A versão final dos Estatutos do CFP foi aprovada pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro.

O CFP iniciou a sua atividade em fevereiro de 2012, com a missão de proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

Este Relatório foi elaborado com base na informação disponível até ao dia 11 de janeiro de 2018.

Encontra-se disponível em www.cfp.pt, na área de publicações, um ficheiro em formato de folha de cálculo contendo os valores subjacentes a todos os gráficos e quadros do presente relatório.

Índice

APRESENTAÇÃO.....	1
SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1 DESENVOLVIMENTOS ORÇAMENTAIS	4
1.1 RECEITA.....	4
1.2 DESPESA	9
1.3 SALDO ORÇAMENTAL	15
2 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA.....	19
2.1 DÍVIDA DE MAASTRICHT.....	19
2.2 AJUSTAMENTO DÉFICE-DÍVIDA	19
ANEXO.....	22
LISTA DE ABREVIATURAS	25
PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita das administrações públicas.....	5
Gráfico 2 – Evolução da receita fiscal das administrações públicas.....	5
Gráfico 3 – Evolução da receita de IRS no trimestre, em contas nacionais	6
Gráfico 4 – Evolução da receita de IVA no trimestre, em contas nacionais.....	8
Gráfico 5 – Evolução da despesa das administrações públicas.....	10
Gráfico 6 – Variação homóloga das despesas com pessoal das AP (em %).....	12
Gráfico 7 – Evolução das despesas com pessoal, por componente	12
Gráfico 8 – Evolução do consumo intermédio das administrações públicas.....	13
Gráfico 9 – Evolução da FBCF por subsector (em %).....	14
Gráfico 10 – Saldo orçamental das administrações públicas	16
Gráfico 11 – Saldo primário das administrações públicas.....	16
Gráfico 12 – Saldo orçamental por subsector	17
Gráfico 13 – Evolução da dívida das administrações públicas (% do PIB).....	19

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receita Fiscal das administrações públicas em contabilidade nacional (em M€) .	7
Quadro 2 – Conta das administrações públicas em contabilidade nacional	9
Quadro 3 – Prestações sociais das AP até ao final do 3.º trimestre (em M€).....	11
Quadro 4 – Ajustamentos défice-dívida (valores do trimestre, não acumulados, em M€)	20
Quadro 5 – Diferenças do PE/2017 e da estimativa para 2017 face ao OE/2018	21
Quadro 6 – Conta das administrações públicas (valores acumulados no final de cada trimestre, em M€)	22
Quadro 7 – Impacto das medidas temporárias e não recorrentes no saldo acumulado	22
Quadro 8 – Conta (ajustada) das administrações públicas (valores acumulados no final de cada trimestre, em M€)	23
Quadro 9 – Conta das administrações públicas (em % do PIB no final de cada trimestre) ...	23
Quadro 10 – Conta (ajustada) das administrações públicas (em % do PIB no final de cada trimestre).....	24
Quadro 11 – Ajustamento de passagem entre óticas contabilísticas (% do PIB gerado no período).....	24

Índice de Caixas

Caixa 1 – Revisões subjacentes à previsão do OE/2018.....	21
---	----

APRESENTAÇÃO

O presente relatório analisa os desenvolvimentos orçamentais do sector das administrações públicas (AP) até ao final do 3.º trimestre de 2017. A análise do CFP assenta nas estatísticas macroeconómicas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 30 de novembro, nas Contas Nacionais Trimestrais por sector institucional publicadas em 22 de dezembro pelo INE e nas Contas Financeiras Trimestrais publicadas em 2 de janeiro de 2018 pelo Banco de Portugal (BdP).

Os agregados orçamentais das AP objeto de análise neste relatório são apresentados em contabilidade nacional e em geral sem o ajustamento dos efeitos de medidas temporárias ou não recorrentes e de fatores especiais. Contudo, estes ajustamentos são apresentados e justificados no texto quando esse tratamento é relevante para uma melhor avaliação do esforço de consolidação orçamental.

A melhoria do quadro macroeconómico que se traduziu no crescimento do produto e do emprego acima do esperado (com efeitos positivos ao nível da receita fiscal e contributiva e da despesa com subsídio de desemprego) e as condições de financiamento mais favoráveis da dívida pública (possibilitando um menor volume de encargos com juros) excederam significativamente os subjacentes ao cenário macroeconómico em que se sustentou a previsão orçamental para 2017 apresentada em outubro de 2016. Com a apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2018 (POE/2018), o Governo atualizou a previsão da Conta das Administrações Públicas para 2017 incorporando as alterações resultantes do novo cenário macroeconómico. Neste contexto, o presente relatório toma como referência a estimativa orçamental para 2017 subjacente à POE/2018, apresentando-se na Caixa 1 a comparação entre as sucessivas previsões do Ministério das Finanças (MF).

O presente relatório beneficiou da informação regularmente recebida do BdP e do INE, em contas nacionais (estatísticas financeiras e não financeiras), assim como de esclarecimentos adicionais prestados por estas entidades e pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), de informação recebida da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP) e do acesso aos sistemas de informação da DGO. A análise ao subsector dos Fundos de Segurança Social (FSS) assenta sobretudo na informação financeira proveniente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), continuando em falta os dados físicos do sistema de segurança social solicitados pelo CFP.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos três primeiros trimestres do ano, o défice orçamental das administrações públicas atingiu 0,3% do PIB, um resultado abaixo da última atualização da meta para o défice estabelecida pelo Governo para o conjunto do ano (de 1,4%).

O saldo alcançado até ao final do 3.º trimestre representa uma melhoria homóloga superior à prevista para a totalidade do ano, para que muito contribuiu o excedente orçamental verificado no 3.º trimestre, de 2,6% do PIB gerado no trimestre, o mais elevado desde de que estão disponíveis séries estatísticas comparáveis (1.º trimestre de 1995).

Este resultado beneficia em 0,1% do PIB de parte do impacto das medidas temporárias e não recorrentes previstas pelo Ministério das Finanças para este ano, que neste período respeitam à recuperação parcial da garantia do Banco Privado Português (BPP) e à venda de aeronaves F-16 à Roménia.

O saldo primário, que exclui a despesa com juros, prosseguiu a tendência de melhoria observada desde o 3.º trimestre de 2015. Nos primeiros três trimestres do ano, ascendeu a 3,6% do PIB gerado nesse período, um excedente que constituiu igualmente um novo máximo da série estatística. Este resultado traduziu uma melhoria homóloga do saldo primário em 2,2 p.p. do PIB, determinante para a redução do saldo global em 2,5 p.p. do PIB (superior ao previsto pelo Ministério das Finanças para o conjunto do ano). A diminuição dos encargos com juros justifica a restante melhoria do saldo global (contributo de 0,3 p.p. do PIB).

Excluindo o eventual impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), cuja apreciação pelas autoridades estatísticas nacional e europeia está em curso, e considerando a recuperação parcial da garantia do Banco Privado Português (BPP), os resultados observados até ao 3.º trimestre e a informação mais recente relativa ao 4.º trimestre (ainda que incompleta) permitem antecipar um défice inferior a 1,4% do PIB no conjunto de 2017. Este resultado será obtido com um contributo significativamente menor de receitas temporárias, uma vez que a recuperação da garantia do BPP ficará distante dos 450 M€ que o Ministério das Finanças tinha previsto reaver ao longo de 2017.

Recorde-se que a execução do 4.º trimestre, cujos valores em contabilidade nacional apenas serão apurados pelo INE no final de março de 2018, comparativamente ao 3.º trimestre aqui analisado foi penalizada pelo pagamento de metade do subsídio de Natal em novembro. Há ainda outras operações que poderão vir a ter um impacto em termos de contas nacionais, como são exemplos os casos do apoio financeiro aos lesados do BES/GES ou a conversão de impostos diferidos em créditos fiscais. No entanto, o desempenho da receita fiscal e contributiva acima do esperado pelo Ministério das Finanças e a menor despesa com juros apontam para um fecho do ano melhor do que o estimado em outubro.

Os desenvolvimentos orçamentais observados até final de setembro de 2017 continuam a mostrar um contributo da receita para a redução do desequilíbrio orçamental, em especial da receita fiscal e contributiva, proporcionalmente maior que o da despesa.

Nesse período, o ritmo de crescimento da receita das administrações públicas (5,5%) mais do que duplicou face à primeira metade do ano, superando nos três primeiros trimestres o aumento de 4,8% esperado para o conjunto do ano.

O crescimento da receita fiscal foi responsável por cerca de dois terços do aumento da receita acumulada até ao final de setembro e beneficiou tanto do comportamento dos impostos diretos como do dos indiretos. A receita de contribuições sociais manteve no 3.º trimestre um crescimento acima do previsto pelo Ministério das Finanças para o conjunto do ano, ancorado na evolução das contribuições efetivas e traduzindo a recuperação do mercado de trabalho. A taxa de crescimento da receita não fiscal e não contributiva desacelerou até ao final de setembro para 2,3% encontrando-se abaixo da variação prevista pelo Ministério das Finanças para 2017 (6,6%).

A despesa das administrações públicas registou, até ao final do 3.º trimestre de 2017, uma diminuição homóloga de 0,4%, que contrasta com o aumento de 3,5% implícito na estimativa do Ministério das Finanças para 2017.

Todas as componentes da despesa corrente primária registaram, até ao final de setembro, uma evolução abaixo da estimativa do Governo para 2017. A despesa com prestações sociais foi a que mais contribuiu para este resultado, na sequência da redução em termos homólogos da despesa com pensões (devido ao efeito da alteração do modelo de pagamento do subsídio de Natal) e com prestações de desemprego. Verificou-se também uma desaceleração do crescimento do consumo intermédio no 3.º trimestre de 2017, rubrica que tal como a despesa de capital está a crescer abaixo do ritmo considerado na estimativa do MF.

A dívida pública na ótica de Maastricht fixou-se em 130,8% do PIB no final do 3.º trimestre de 2017, valor que compara com 130,1% no final de 2016. Este resultado, que é inferior em 1,2 p.p. do PIB face ao trimestre precedente, beneficia do efeito do denominador (PIB), dado que, em termos nominais, o *stock* de dívida se elevou. No que se refere à dívida líquida de depósitos, na ótica de Maastricht, esta reduziu-se em 2,2 p.p. do PIB, para 119,3% do PIB.

Após o aumento do rácio da dívida pública em 2016 (interrompendo a redução verificada em 2015) é esperado que em 2017 aquele indicador registe uma redução superior à prevista no Programa de Estabilidade, como já antecipado pelo CFP em setembro. A estimativa do rácio da dívida pública para 2017 apresentada pelo Ministério das Finanças na Proposta de Orçamento de Estado para 2018 aponta para 126,2% do PIB o que implica uma diminuição daquele rácio em 4,6 p.p. do PIB no último trimestre do ano. Esta redução será assegurada essencialmente pelas amortizações relativas à Obrigação do Tesouro com vencimento em outubro 2017 e à amortização antecipada ao FMI realizada no mês de dezembro.

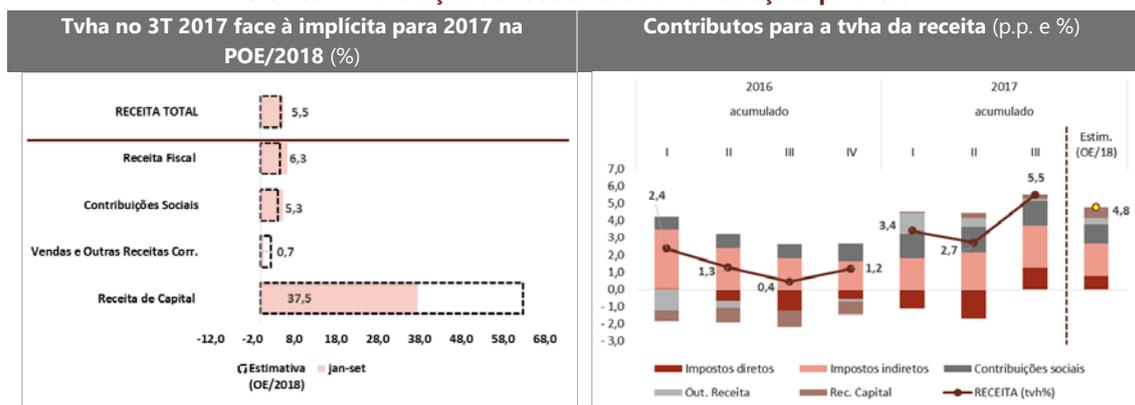
1 DESENVOLVIMENTOS ORÇAMENTAIS

Nota prévia. A análise efetuada nesta secção baseia-se na informação publicada pelo INE no dia 22 de dezembro de 2017, relativa às contas nacionais do 3.º trimestre de 2017, no âmbito da qual a receita e a despesa das Administrações Públicas (AP) relativa aos primeiros dois trimestres de 2017 foram revistas. Por essa razão algumas variações homólogas nesse período, referidas na presente secção, diferem das apresentadas nos anteriores relatórios do CFP sobre a evolução orçamental em 2017. O ponto de referência utilizado para ancorar a comparação dos desenvolvimentos orçamentais até ao final do 3.º trimestre com a previsão anual do Ministério das Finanças (MF) é a estimativa para 2017 constante do OE/2018. Sempre que se justifique, será feita referência ao Programa de Estabilidade 2017/2021 (PE/2017) e à previsão inicial do MF com as alterações introduzidas pela Assembleia da República (no OE/2017), dado que a atualização da estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018 (Orçamento do Estado para 2018) introduziu alterações significativas face àqueles dois documentos de programação orçamental (explicitadas na Caixa 1). O PIB e as respetivas componentes utilizados nesta secção correspondem aos apresentados nas Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional, não sendo assim ajustados dos efeitos de sazonalidade, à semelhança do que acontece para a conta das administrações públicas. Os agregados orçamentais objeto de análise neste relatório são apresentados em contabilidade nacional, sem o ajustamento dos efeitos de medidas temporárias e medidas não recorrentes. Em anexo, disponibiliza-se a Conta ajustada desses efeitos.

1.1 RECEITA

O crescimento da receita das administrações públicas (AP) mais do que duplicou face à primeira metade do ano superando o aumento esperado pelo MF para o conjunto do ano. A contribuir para esta aceleração esteve a receita fiscal e contributiva, cujo aumento homólogo absoluto de 2984 M€ justificou a quase totalidade do incremento da receita (3172 M€) nos primeiros três trimestres do ano. A taxa de variação homóloga até ao final de setembro foi de 5,5%, valor que compara favoravelmente com os 2,7% verificados no primeiro semestre e com os 4,8% estimados para 2017 no Relatório da POE/2018. A receita não fiscal e não contributiva manteve um contributo positivo para o crescimento da receita (+187 M€), apesar da desaceleração da sua taxa de variação para 2,3% até ao final de setembro (5,2% até ao final do 1.º semestre). Esta desaceleração deveu-se ao abrandamento das vendas e das “outras receitas correntes” (3,7% até ao final do 1.º semestre vs. 0,7% até ao final do 3.º trimestre). Estes desenvolvimentos determinaram que a receita total no conjunto dos três trimestres aumentasse o seu peso no PIB de 41,7% em 2016 para 42,4% em 2017 (ver Quadro 9 em anexo). Esta variação espelha um crescimento da receita superior ao do PIB a preços correntes (taxa de variação homóloga acumulada de 3,8%).

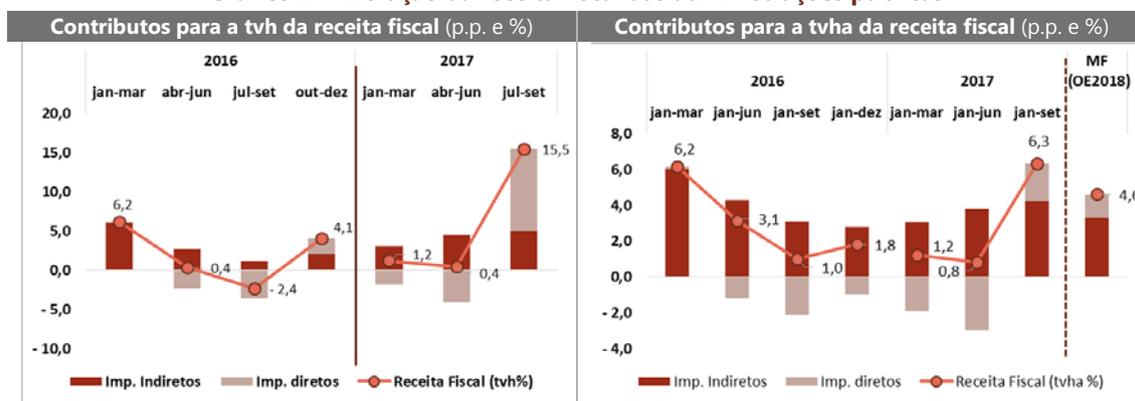
Gráfico 1 – Evolução da receita das administrações públicas



Fonte: INE e MF. Cálculos do CFP. | Notas: tvha designa taxa de variação homóloga acumulada.

A receita fiscal acentuou o seu crescimento no 3.º trimestre beneficiando do contributo favorável dos impostos (diretos e indiretos). Nos primeiros nove meses, a taxa de crescimento da receita fiscal situou-se em 6,3% (depois de um crescimento de 0,8% até ao final do 1.º semestre). A variação até setembro foi superior em 1,7 p.p. ao estimado na POE/2018 para a totalidade de 2017. Assim, o desempenho da receita dos impostos justificou cerca de dois terços do crescimento total da receita das AP. Os impostos indiretos, que registaram um aumento da sua taxa de variação homóloga até setembro (7,1%, sendo 6,1% até ao final do 1.º semestre), foram responsáveis por cerca de 67% do aumento da receita fiscal, enquanto a restante parte se deveu aos impostos diretos, cuja evolução assinalou uma inversão face à quebra verificada no conjunto dos dois primeiros trimestres do ano.

Gráfico 2 – Evolução da receita fiscal das administrações públicas



Fonte: INE e MF. Cálculos do CFP. | Notas: tvha designa taxa de variação homóloga acumulada.

Os impostos diretos inverteram a sua evolução no 3.º trimestre, em resultado da recuperação da receita de IRS. A receita proveniente dos impostos diretos até ao fim de setembro registou um crescimento homólogo de 5,2% (acima dos 3,2% previstos para o conjunto de 2017 na POE/2018), invertendo a quebra de 7,9% registada na primeira metade do ano. Esta inversão deveu-se à recuperação da receita de IRS.

A quebra da receita líquida de IRS atenuou-se muito no 3.º trimestre devido à dissipação do efeito negativo decorrente da antecipação do pagamento dos reembolsos de IRS ocorrida no 2.º trimestre. A receita acumulada de IRS, nos primeiros nove meses do ano, registou um decréscimo homólogo de 0,9% (contra os -1,7% previstos

para o conjunto de 2017 na POE/2018), recuperando face à queda de 19,4% verificada até ao final de junho. Refira-se que a redução registada no primeiro semestre refletia um peso dos reembolsos na receita bruta substancialmente superior ao do ano anterior (ver Gráfico 3).¹ Em termos nominais, o decréscimo da receita líquida de IRS foi de 86 M€ até ao final do 3.º trimestre. Esta evolução foi penalizada por um acréscimo dos reembolsos (162 M€) superior ao crescimento da receita bruta (76 M€). O desempenho da receita bruta traduz, essencialmente, a evolução homóloga favorável das notas de cobrança (185 M€) e das retenções na fonte do trabalho (424 M€), que mais do que compensaram os decréscimos registados nas retenções na fonte dos rendimentos de capital (-239 M€), da sobretaxa de IRS (-238 M€) e da cobrança coerciva (-39 M€).

Gráfico 3 – Evolução da receita de IRS no trimestre, em contas nacionais



Fonte: INE e AT. Cálculos do CFP. | Notas: Os valores em contas nacionais foram estimados pelo CFP com base nos dados da AT. No gráfico da esquerda, uma variação homóloga negativa/positiva dos reembolsos favorece/penaliza a variação da receita cobrada líquida.

A receita de IRC manteve um ritmo de crescimento acima do previsto pelo MF para o conjunto do ano. A receita líquida de IRC registou uma taxa de crescimento homólogo de 18,6% até ao final de setembro (19,2% até ao final do primeiro semestre), continuando a superar o objetivo anual esperado pelo MF (+14%). A receita líquida acumulada de IRC, em termos nominais, aumentou 732 M€ face ao 3.º trimestre de 2016, devido, essencialmente, ao crescimento de 450 M€ (30,1%) e de 309 M€ (14,4%) registado nas autoliquidações e nos pagamentos por conta, respetivamente. De acordo com informação do MF por ocasião da POE/2018, este comportamento da receita de IRC está positivamente afetado por uma operação em concreto, realizada por uma só entidade, responsável pelo aumento em 235 M€ do montante de imposto arrecadado no ano de 2017.

¹ Ver também a Caixa 1 do Relatório n.º 8/2017 [Evolução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2017](#).

Quadro 1 – Receita Fiscal das administrações públicas em contabilidade nacional (em M€)

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	Conta	Estim.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		Variação Homóloga								
			jan.-set.		jan.-jun./17		jul.-set./17		jan.-set./17			2016/2017 (POE2018)	
	2016	2017 (POE2018)	2016	2017	M€	Tvh %	M€	Tvh %	M€	Tvh %	Ctvha (p.p.)	M€	Tvh %
	RECEITA FISCAL	46 428	48 563	33 831	35 977	173	0,8	1 973	15,5	2 145	6,3	6,3	2 135
Imp. Indiretos	27 347	28 880	20 230	21 667	801	6,1	636	9,0	1 437	7,1	4,2	1 533	5,6
IVA	15 770	16 681	11 666	12 325	338	4,4	321	7,9	659	5,6	1,9	911	5,8
IEC	5 107	5 258	3 906	4 085	89	3,7	90	5,9	179	4,6	0,5	151	3,0
ISP	3 410	3 480	2 549	2 617	47	2,9	21	2,3	68	2,7	0,2	70	2,1
IT	1 483	1 490	1 205	1 252	5	0,8	42	7,5	47	3,9	0,1	7	0,5
IABA	214	288	152	215	37	41,1	26	42,3	63	41,6	0,2	74	34,3
IMI	1 479	1 541	1 112	1 194	58	7,9	24	6,5	83	7,4	0,2	62	4,2
ISV	687	790	504	586	60	17,9	22	13,2	82	16,3	0,2	103	15,0
IMT	639	818	488	640	87	26,3	65	41,7	152	31,2	0,4	179	28,0
Outros	3 665	3 792	2 555	2 837	169	9,7	113	14,0	282	11,1	0,8	127	3,5
Imp. diretos	19 081	19 683	13 601	14 310	-629	-7,9	1 337	23,6	708	5,2	2,1	602	3,2
IRS	12 629	12 411	9 086	9 000	-1 067	-19,4	981	27,3	-86	-0,9	-0,3	-218	-1,7
IRC	5 674	6 467	3 937	4 669	399	19,2	333	17,9	732	18,6	2,2	793	14,0
Outros	778	805	578	640	40	10,3	23	11,7	62	10,8	0,2	27	3,4

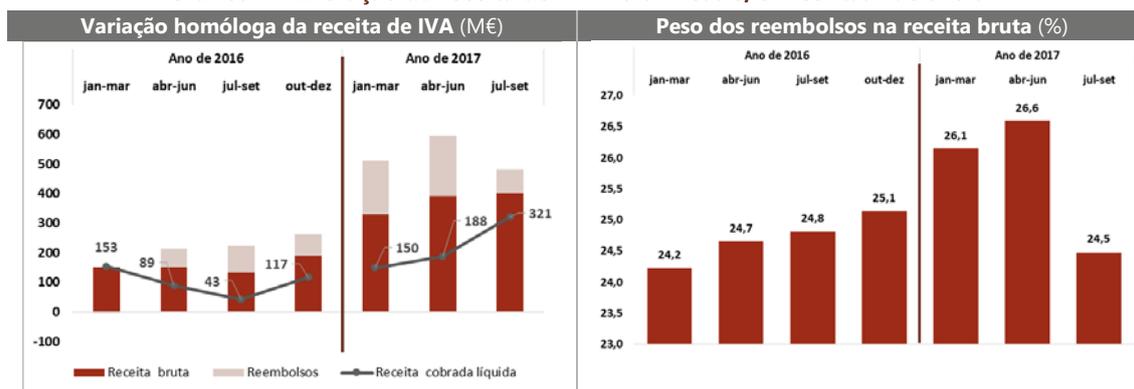
Fonte: INE, MF e AT. Cálculos do CFP. | Notas: A desagregação dos impostos indiretos e impostos diretos é da exclusiva responsabilidade do CFP, correspondendo ao cálculo em contas nacionais efetuado pelo CFP com base nos dados na ótica de caixa da AT. A estimativa para 2017 implícita na POE/2018 resulta de informação obtida junto do MF. Ctvha designa a contribuição para a taxa de variação homóloga acumulada.

O ritmo de crescimento da receita acumulada proveniente dos impostos indiretos aumentou no 3.º trimestre suportado pelo desempenho positivo da maioria desses impostos. A receita líquida proveniente dos impostos indiretos cresceu 7,1% até ao final de setembro, mais 1 p.p. do que o verificado até ao final do 1.º semestre. Este crescimento, que supera os 5,6% estimados pelo MF para o conjunto do ano, foi determinado pela aceleração da taxa de crescimento do IVA (5,6% até ao 3.º trimestre vs. 4,4% no 1.º semestre), dos IEC - Impostos Especiais sobre o Consumo (4,6% até ao 3.º trimestre vs. 3,7% no 1.º semestre), do IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (31,2% até ao 3.º trimestre vs. 26,3% no 1.º semestre) e dos "outros impostos indiretos²" (11,1% até ao 3.º trimestre vs. 9,7% no 1.º semestre).

O crescimento da receita de IVA acelerou no 3.º trimestre aproximando-se da variação estimada pelo MF na POE/2018 para o conjunto do ano de 2017. A aceleração da receita bruta de IVA prosseguiu no 3.º trimestre (7,3% até setembro, mais 0,1 p.p. do que o registado até final de junho). Contrariamente ao verificado na primeira metade do ano, a receita líquida beneficiou ainda de uma desaceleração da taxa de variação homóloga dos reembolsos (de 15,6% no primeiro semestre para 12,2% no final de setembro). Estes desenvolvimentos contribuíram para o aumento do ritmo de crescimento homólogo da receita líquida de IVA nos nove primeiros meses para 5,6%, o que corresponde a um aumento superior aos 4,4% verificados na primeira metade do ano, colocando-o mais próximo do aumento anual esperado pelo MF para 2017 (5,8%).

² Os impostos diversos sobre o consumo, o imposto de selo e o imposto do jogo explicam cerca de 70% da variação dos "outros impostos indiretos".

Gráfico 4 – Evolução da receita de IVA no trimestre, em contas nacionais



Fonte: INE e AT. Cálculos do CFP. | Notas: Os valores em contas nacionais foram estimados pelo CFP com base nos dados da AT. No gráfico da esquerda, uma variação homóloga negativa/positiva dos reembolsos favorece/penaliza a variação da receita cobrada líquida.

A receita dos IEC cresceu acima da estimativa do MF para 2017, sustentada na evolução positiva de todos os impostos considerados. A receita dos IEC cresceu 4,6%, até ao final de setembro, acima dos 3% estimados pelo MF na POE/2018 e representando uma aceleração face à taxa de crescimento registada até ao final de junho (3,7%). Para esta aceleração contribuiu o desempenho do Imposto sobre o Tabaco (IT), que passou de uma taxa de variação de 0,8% no final do 1.º semestre para 3,9% no final de setembro (estimativa de crescimento do MF é de 0,5% para o conjunto do ano). Também a contribuir para a aceleração da receita dos IEC esteve o Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), cuja taxa de crescimento homóloga acelerou 0,5 p.p. para 41,6% até ao final do terceiro trimestre (estimativa de crescimento do MF é de 34,3% para o conjunto do ano). Relativamente ao Imposto Sobre produtos Petrolíferos (ISP), verifica-se que, apesar de a taxa de crescimento homóloga da receita ter desacelerado para 2,7% (-0,2 p.p.) até final do 3.º trimestre, mantém-se acima da previsão de crescimento do MF para este imposto a totalidade do ano (2,1%).

As contribuições sociais mantiveram, no 3.º trimestre, um ritmo de crescimento igualmente acima do previsto pelo MF para 2017. A taxa de variação homóloga das contribuições sociais, até ao final de setembro, foi de 5,3% (depois de terem crescido 5,2% até ao final do 1.º semestre), mantendo-se acima dos 4,1% estimados pelo MF para o conjunto do ano. Em termos nominais, as contribuições sociais aumentaram 839 M€, explicando cerca de um quarto do crescimento da receita total das AP. O crescimento acumulado das contribuições sociais deveu-se, na quase totalidade (95%), ao aumento das contribuições sociais efetivas, cuja taxa de variação acelerou no 3.º trimestre para 6,5% (estavam a crescer 6,4% até ao final de junho), continuando a traduzir a recuperação do emprego ao longo do corrente ano.

A receita não fiscal e não contributiva continuou a assegurar um contributo positivo para o aumento da receita, não obstante o seu abrandamento ter colocado mais distante o crescimento esperado pelo MF para 2017. A receita não fiscal e não contributiva cresceu 2,3% até ao final do 3.º trimestre (5,2% até ao final de junho). Este abrandamento reflete a evolução menos positiva das “Vendas” e da “Outra receita corrente” no 3.º trimestre, cujo crescimento conjunto e em termos acumulados foi de 0,7% (que compara com um aumento de 3,7% no final do 1.º semestre). Mesmo com a aceleração da receita de capital (+37,5%), que neste trimestre apenas beneficiou em 1,1 M€ da recuperação de uma parte da

garantia prestada ao BPP, o crescimento da receita não fiscal e não contributiva até setembro (+2,3%) não se aproximou do aumento esperado pelo MF (+6,6%).

Em termos ajustados, o ritmo de crescimento da receita das AP até ao final do 3.º trimestre também foi superior ao estimado pelo MF para o conjunto do ano. O ajustamento decorre apenas da medida relativa à recuperação da garantia prestada ao BPP com impacto na receita de capital e que, até ao final do terceiro trimestre, tinha uma concretização apenas parcial, de 73 M€ dos 450 M€ previstos. A informação disponível aponta para que o recebimento do valor remanescente só ocorra em 2018. Excluindo o impacto desta medida, a receita de capital crescerá 16,5% (ou 37,5% em termos não ajustados), abaixo dos 71% estimados pelo MF para a totalidade do ano. Consequentemente, a receita total das AP crescerá a uma taxa de 5,4% até ao final do 3.º trimestre (5,5% não ajustados), acima dos 5,2% estimados na POE/2018 para 2017.

Quadro 2 – Conta das administrações públicas em contabilidade nacional
(valores ajustados, acumulados no final de cada trimestre, em M€)

	2016			2017			Variação		
	I	II	III	I	II	III	Homóloga		Estimativa
							%	Ctvh	%
Receita Total	17 712	36 994	57 850	18 316	37 997	61 022	5,5	5,5	4,8
Receita corrente	17 599	36 749	57 505	18 192	37 661	60 547	5,3	5,3	4,2
Receita fiscal	10 343	21 090	33 831	10 468	21 263	35 977	6,3	3,7	4,6
Impostos indiretos	6 448	13 141	20 230	6 765	13 943	21 667	7,1	2,5	5,6
Impostos diretos	3 896	7 949	13 601	3 703	7 320	14 310	5,2	1,2	3,2
Contribuições sociais	4 970	10 459	15 807	5 225	11 005	16 646	5,3	1,5	4,1
Das quais: efetivas	3 900	8 067	12 280	4 140	8 581	13 074	6,5	1,4	4,8
Vendas e outras receitas correntes	2 286	5 199	7 866	2 499	5 393	7 924	0,7	0,1	2,5
Receitas de capital	113	245	345	124	336	474	37,5	0,2	62,7
Despesa Total	19 198	39 807	61 665	19 076	39 647	61 415	-0,4	-0,4	3,5
Despesa primária	17 299	36 056	55 886	17 259	36 051	55 849	-0,1	-0,1	4,1
Despesa corrente primária	16 660	34 586	53 522	16 564	34 525	53 289	-0,4	-0,4	2,9
Consumo intermédio	2 241	4 783	7 380	2 379	4 862	7 476	1,3	0,2	3,4
Despesas com pessoal	4 845	10 670	15 678	4 886	10 751	15 755	0,5	0,1	2,5
Prestações sociais	8 206	16 536	26 537	8 106	16 330	26 218	-1,2	-0,5	2,7
que não em espécie	7 441	14 955	24 153	7 324	14 677	23 735	-1,7	-0,7	2,4
em espécie	765	1 581	2 384	783	1 653	2 483	4,1	0,2	5,0
Subsídios	168	384	607	159	353	534	-11,9	-0,1	3,6
Outra despesa corrente	1 200	2 213	3 319	1 033	2 229	3 306	-0,4	0,0	4,9
Despesas de capital	639	1 470	2 364	696	1 526	2 560	8,3	0,3	27,8
FBCF	559	1 218	1 877	565	1 271	2 119	12,9	0,4	17,9
Outras despesas de capital	81	253	487	131	255	440	-9,6	-0,1	60,8
Juros	1 899	3 751	5 779	1 817	3 595	5 567	-3,7	-0,3	-2,5
Saldo global	-1 486	-2 814	-3 815	-760	-1 650	-394	:	:	:
Saldo primário	413	938	1964	1 057	1 945	5 173	:	:	:
Despesa corrente	18 559	38 337	59 301	18 380	38 121	58 856	-0,8	-0,7	2,4
PIB nominal	44 502	91 340	138 692	45 943	94 740	143 927	3,8	:	3,9

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: Ctvh designa contributo para a taxa de variação homóloga. A coluna "Estimativa" corresponde à estimativa para 2017 subjacente à POE/2018.

1.2 DESPESA

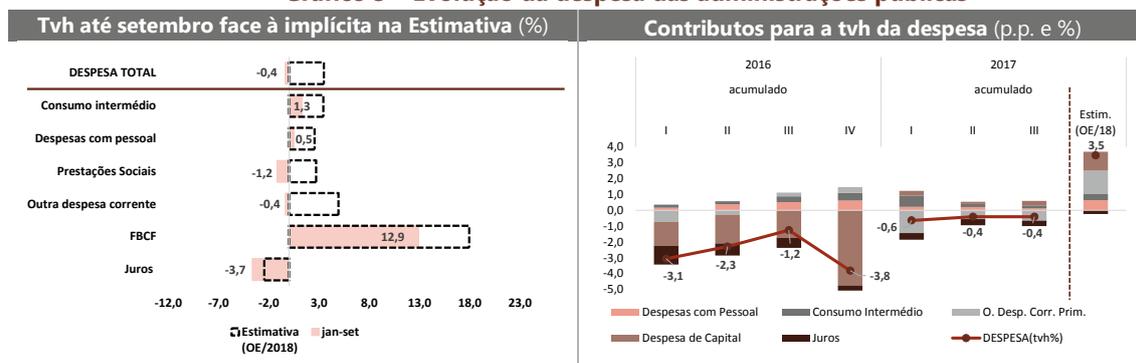
A despesa das AP registou uma diminuição homóloga acumulada de 0,4% no 3.º trimestre de 2017, que contrasta com o aumento de 3,5% implícito na recente estimativa do MF para aquele ano. A despesa atingiu 61 415 M€ no final de setembro de

2017, tendo diminuído 250 M€ face ao período homólogo, na sequência de um decréscimo dos encargos com juros (212 M€) e da despesa primária (37 M€). No âmbito desta última, saliente-se o facto de o aumento da despesa de capital (195 M€) ter sido compensado por uma redução da despesa corrente primária (233 M€). Esta redução da despesa corrente primária beneficiou da alteração do modelo de pagamento do subsídio de Natal³, contrastando com o aumento implícito na estimativa do MF. Já a despesa de capital está a crescer a um ritmo inferior ao considerado nessa estimativa (ver Quadro 2 e Gráfico 5).

A despesa poderá ter ficado abaixo do montante esperado pelo MF para 2017. O cumprimento da recente estimativa do MF implicava que, entre outubro e dezembro de 2017, a despesa das AP não tenha excedido 24 842 M€, valor que corresponde a uma taxa de variação homóloga de 14,5%. Afigura-se que a variação tenha sido inferior, mesmo tendo em conta o impacto do pagamento de metade do subsídio de Natal em novembro, assim como a revisão da estimativa mais recente do MF das “outras despesas de capital” para 2017 apresentada no OE/2018.

Nos primeiros três trimestres de 2017 a despesa com juros diminuiu a um ritmo mais acentuado do que o implícito na recente estimativa do MF. No período em análise, os encargos com juros diminuíram 3,7%, (passando de 5779 M€ para 5567 M€), dando assim um dos maiores contributos para a redução homóloga da despesa das AP até ao final de setembro de 2017: a redução dos encargos com juros explica 0,3 p.p. da redução homóloga de 0,4% da despesa total. Este ritmo de diminuição é superior ao que está subjacente à estimativa do MF para o conjunto do ano (2,5%). Tendo em conta que no OE/2017 estava implícito um aumento de 6,9%, as projeções do CFP apontam para que a despesa com juros registre um desvio favorável equivalente a 0,4 p.p. do PIB face à previsão inicial para 2017, podendo inclusivamente ficar ligeiramente abaixo do valor considerado na recente estimativa do MF.

Gráfico 5 – Evolução da despesa das administrações públicas



Fonte: INE e MF. Cálculos do CFP. | Notas: o Gráfico do painel esquerdo não inclui os subsídios e as “outras despesas de capital” por serem menos expressivas; a Estimativa do MF para 2017 foi incluída no relatório da POE/2018; “tvh” designa taxa de variação homóloga.

A evolução de todas as componentes da despesa corrente primária até ao final de setembro compara favoravelmente com a considerada na estimativa do MF para 2017. Por um lado, a despesa com prestações sociais, subsídios e “outra despesa corrente” regista uma redução homóloga acumulada no 3.º trimestre de 2017, que contrasta com o aumento anual subjacente à estimativa do MF. Por outro lado, o consumo intermédio e as despesas

³ Em 2016 a totalidade do subsídio de Natal foi paga em duodécimos, enquanto em 2017 metade do subsídio de Natal nas AP foi pago em regime de duodécimos, tendo a restante metade sido paga integralmente em novembro.

com pessoal apresentaram um ritmo de crescimento inferior ao implícito na referida estimativa (ver Gráfico 5).

A despesa com prestações sociais foi a que mais contribuiu para a redução homóloga da despesa das AP nos primeiros nove meses de 2017. Aquela despesa atingiu 26 218 M€ no final de setembro de 2017, o que corresponde a 43% do total da despesa das AP e traduz uma diminuição homóloga de 1,2% (ou seja, 320 M€). Este decréscimo contrasta com o aumento de 2,7% (ou 994 M€) considerado na recente estimativa do MF para o conjunto do ano, devido ao comportamento mais favorável das prestações sociais que não em espécie. Por um lado, não obstante a atualização ocorrida no início de 2017, a despesa com pensões em contas nacionais diminuiu 1,9% face à registada nos primeiros três trimestres de 2016, sendo justificada sobretudo pelas pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA).⁴ Esta circunstância decorre da alteração do regime duodecimal a que está sujeito o subsídio de Natal, sendo que esse efeito apenas deixou de se verificar no último trimestre de 2017.⁵ Por outro lado, as prestações de desemprego diminuiram 12,9% face ao período homólogo.⁶

Quadro 3 – Prestações sociais das AP até ao final do 3.º trimestre (em M€)

	2016	2017	Var. Homóloga	
			%	Ctvh*
Prestações sociais	26 537	26 218	-1,2	-0,5
que não em espécie	24 153	23 735	-1,7	-0,7
Pensões	19 361	18 990	-1,9	-0,6
Pensões CGA	7 291	7 041	-3,4	-0,4
Pensões Segurança Social	12 070	11 950	-1,0	-0,2
Prestações de desemprego	1 158	1 008	-12,9	-0,2
Outras	3 634	3 736	2,8	0,2
em espécie	2 384	2 483	4,1	0,2

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. * Contributo para a Tvh da despesa total das AP. O apuramento das pensões corresponde ao cálculo em contas nacionais efetuado pelo CFP com base nos dados disponibilizados pela CGA e pela Segurança Social.

O ritmo de crescimento das despesas com pessoal abrandou no 3.º trimestre de 2017, mas a variação até setembro não é representativa do conjunto do ano. A taxa de crescimento das despesas com pessoal desacelerou de 0,8% no 1.º semestre de 2017 para 0,5% até setembro (ver Gráfico 6), na sequência de uma diminuição homóloga de 0,1% nas despesas com pessoal das AP no terceiro trimestre do ano. Para essa redução contribuiu a alteração do regime duodecimal a que está sujeito o subsídio de Natal e uma redução mais intensa de postos de trabalho na administração central no âmbito do Ministério da Educação (-2,6% entre julho e setembro de 2017, o dobro da variação negativa registada em igual período de 2016). O impacto decorrente do pagamento da restante metade do subsídio de Natal nas AP (que se estima num montante superior a 400 M€ na rubrica “ordenados e salários”) reflete-se na execução do 4.º trimestre de 2017, sendo por isso expectável uma aceleração do ritmo de crescimento das despesas com pessoal no conjunto do ano face ao

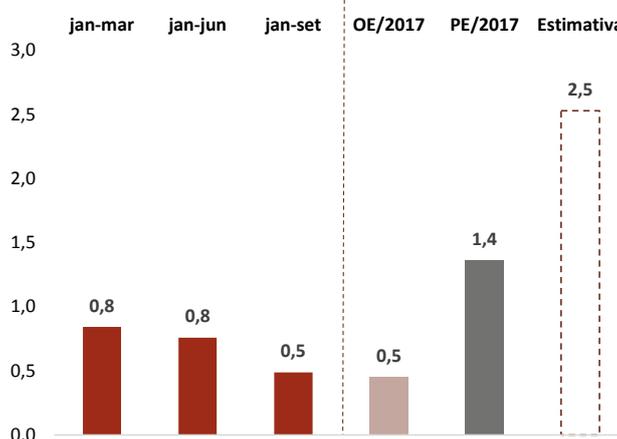
⁴ Em janeiro de 2017, as pensões até 844€ foram atualizadas de acordo com a taxa de inflação, sendo que no caso das pensões entre 825€ e 2515€ à inflação foi descontado meio ponto percentual. Essa atualização também decorreu de ter terminado o congelamento do valor do Indexante de Apoios Sociais.

⁵ Exemplo deste efeito na execução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2017 é o facto de a despesa com pensões de velhice ter diminuído 1,3% em termos homólogos, apesar de nesse período o número de beneficiários destas pensões ter aumentado 0,2% e da atualização das pensões.

⁶ A taxa de desemprego situou-se em 8,5% em setembro de 2017, encontrando-se abaixo do valor previsto tanto no OE/2017 (10,3%) como na recente Estimativa do MF (9,2%). Por outro lado, o número de beneficiários de prestações de desemprego no final de setembro de 2017 diminuiu 14,9% em termos homólogos.

registado até setembro. O facto de o ritmo observado até ao final de setembro (ainda sem o referido impacto) estar em linha com o implícito no OE/2017 é demonstrativo de uma subavaliação inicial nesta rubrica correspondente a um valor entre 0,2% do PIB e 0,3% do PIB. A recente estimativa do MF para 2017 atesta essa mesma circunstância, uma vez que passou agora a estar subjacente um aumento das despesas com pessoal de 2,5% face a 2016 (atingindo um total de 21 409 M€).

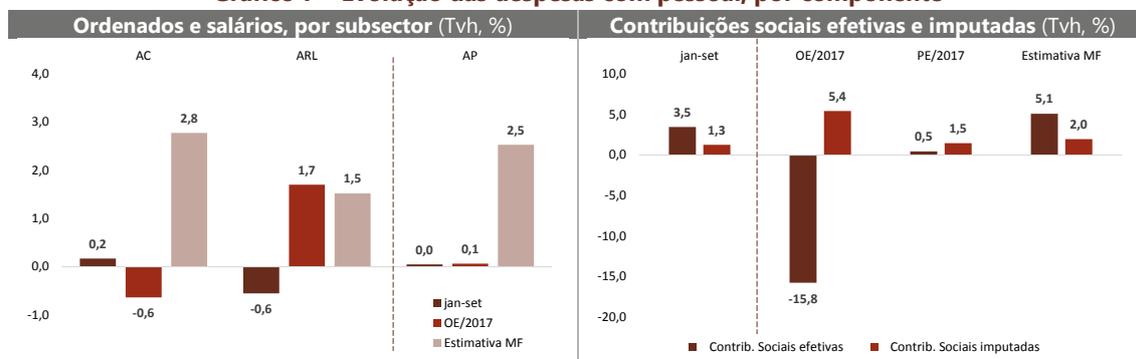
Gráfico 6 – Variação homóloga das despesas com pessoal das AP (em %)



Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. Nota: a Estimativa foi apresentada pelo MF em outubro de 2017 no Relatório da POE/2018.

Com efeito, a recente estimativa do MF alterou significativamente a perspetiva de evolução das componentes das despesas com pessoal em 2017. O MF passou a estimar um aumento de 2,8% no âmbito dos ordenados e salários da administração central, ao invés da redução de 0,6% que estava implícita no OE/2017 (ver painel esquerdo do Gráfico 7) e que não se afigurava coerente num contexto de reposição das remunerações. Relativamente à despesa com contribuições sociais efetivas das AP, a estimativa do MF aponta para um acréscimo de 5,1%, em vez da redução de 15,8% implícita no OE/2017. Em sentido contrário, o MF estima agora um menor aumento da despesa com contribuições sociais imputadas das AP do que o inicialmente previsto (ver painel direito do Gráfico 7). A alteração do modelo de pagamento do subsídio de Natal beneficia a evolução destas componentes até ao final de setembro de 2017, pelo que apenas após a divulgação dos dados relativos ao 4.º trimestre de 2017 será possível proceder a uma comparação com a estimativa do MF.

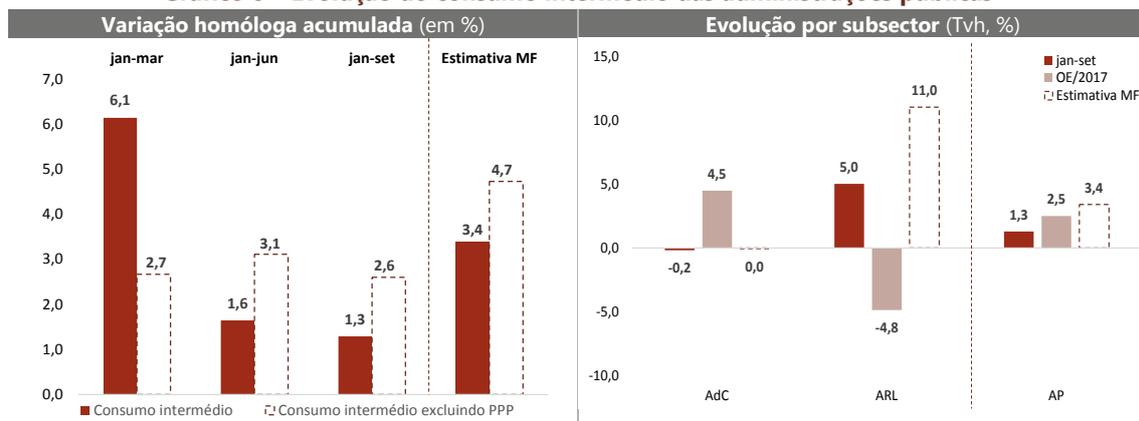
Gráfico 7 – Evolução das despesas com pessoal, por componente



Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: o gráfico do painel esquerdo não inclui os Fundos da Segurança Social porque a despesa deste subsector representa apenas 1% do total dos "ordenados e salários" da AP; não se encontra disponível informação desagregada por subsector relativamente à despesa com "ordenados e salários" prevista no PE/2017. Tvh – taxa de variação homóloga; AC – Administração Central; ARL – Administração Regional e Local; AP – Administrações Públicas.

O ritmo de crescimento do consumo intermédio desacelerou no 3.º trimestre de 2017, situando-se abaixo do previsto no OE/2017 e na recente estimativa do MF. O consumo intermédio registou um aumento homólogo de 95 M€ no período em análise. Excluindo os encargos com Parcerias Público-Privadas (PPP) rodoviárias o aumento foi de 162 M€, dos quais 109 M€ na administração local. Incluindo PPP a taxa de crescimento do consumo intermédio abrandou de 1,6% no 1.º semestre de 2017 para 1,3% até setembro (ver painel esquerdo do Gráfico 8). Este ritmo de crescimento até ao fim do terceiro trimestre encontra-se abaixo do subjacente ao OE/2017 (2,5%) e à recente estimativa do MF (3,4%).⁷ Tal deve-se sobretudo ao crescimento de 5% dos consumos intermédios na administração regional e local, que contrasta com os 11% implícitos na estimativa do MF (ver painel direito do Gráfico 8).⁸

Gráfico 8 – Evolução do consumo intermédio das administrações públicas



Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. Nota: por não se dispor do montante de PPP rodoviárias implícito na estimativa do MF, considerou-se o valor previsto no OE/2017; o painel da direita não inclui os Fundos da Segurança Social porque o consumo intermédio deste subsector é pouco expressivo no total das AP; a Estimativa do MF foi apresentada em outubro de 2017 no Relatório da POE/2018; AC – Administração Central; ARL – Administração Regional e Local; AP – Administrações Públicas.

Nos primeiros três trimestres de 2017, a “outra despesa corrente” diminuiu 0,4% em termos homólogos. Na estimativa do MF para 2017 está implícito um aumento de 4,9% nesta rubrica, já considerando a reafectação integral da dotação provisional.⁹ Para a diminuição até ao final de setembro de 2017 (de 13 M€) contribuiu a redução da contribuição financeira para a União Europeia (em 62 M€). Esta contribuição encontra-se a diminuir a um ritmo (5,2%) inferior ao subjacente na estimativa do MF para o conjunto do ano (13,2%), no âmbito da qual foi revista em baixa em 136 M€ face à dotação considerada no OE/2017.

⁷ No âmbito do OE/2017 foi imputada apenas uma pequena parcela da reserva orçamental (6,5 M€), tendo sido cativados os restantes 427,1 M€. Contudo, no final do 3.º trimestre de 2017 a reserva orçamental já apresentava uma utilização de 178 M€.

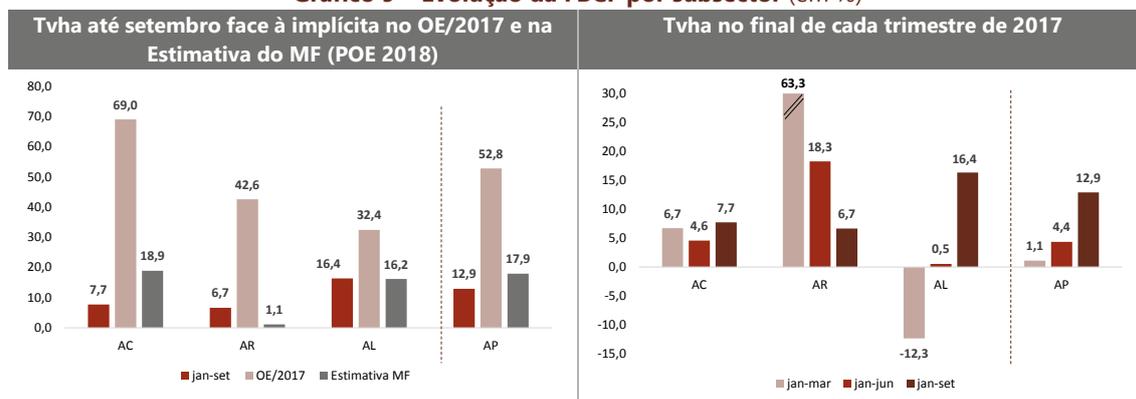
⁸ A estimativa do MF aponta para que o consumo intermédio fique 93 M€ acima do previsto no OE/2017. Na administração local ocorreu uma revisão em alta de 376 M€ e na administração central verificou-se uma revisão em baixa de 239 M€, passando a estar implícita uma estabilização face a 2016 na administração central e um aumento de 13,5% na administração local.

⁹ A dotação provisional para o ano de 2017 ascende a 535 M€, integralmente imputados na rubrica “outra despesa corrente”. No decurso do ano esta dotação é reafectada em função das necessidades de financiamento apuradas noutras rubricas. No final do 3.º trimestre de 2017 a dotação provisional teve uma utilização de apenas 3,16 M€, para reforço do orçamento da Direção-Geral do Património Cultural (3 M€) e do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores (0,16 M€).

Excluindo a contribuição financeira para a UE, a “outra despesa corrente” aumentou 2,3%, variação que compara favoravelmente com o acréscimo de 15,3% implícito na estimativa do MF.

O ritmo de crescimento da FBCF acelerou no 3.º trimestre de 2017, mas permanece aquém do estimado pelo MF para o conjunto do ano. O ritmo de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das AP acelerou de 4,4% no 1.º semestre de 2017 para 12,9% até setembro, impulsionado pela administração local (que passou de 0,5% para 16,4%; ver painel direito do Gráfico 9).¹⁰ Contudo, ainda permanece abaixo dos 17,9% implícitos na mais recente estimativa do MF, que aponta para um valor da FBCF inferior em 953 M€ face ao previsto no OE/2017. Com efeito, na administração central, o aumento de 7,7% verificado até setembro encontra-se ainda aquém dos 18,9% subjacentes na última estimativa do MF, como se observa no painel esquerdo do Gráfico 9. Note-se que a dotação orçamental da FBCF para 2017 inclui 100 M€ destinados a financiar a contrapartida pública nacional em projetos de investimento (dos quais foram utilizados apenas 5,7 M€ até setembro) e 2,25 M€ destinados ao orçamento participativo de Portugal (ainda sem utilização). Excluindo essas duas dotações orçamentais, o aumento implícito na estimativa do MF é de 11,4%.

Gráfico 9 – Evolução da FBCF por subsector (em %)



Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: o gráfico do painel esquerdo não inclui os Fundos da Segurança Social porque a FBCF deste subsector é pouco expressiva no total das AP; não se encontra disponível informação desagregada por subsector relativamente à FBCF prevista no PE/2017. Tvha – taxa de variação homóloga acumulada; AC – Administração Central; AR – Administração Regional; AL – Administração Local; AP – Administrações Públicas.

As “outras despesas de capital” registaram uma diminuição homóloga acumulada de 9,6% no 3.º trimestre de 2017. Esta evolução compara com a estabilização desta despesa prevista no OE/2017 e com o acréscimo de 60,8% implícito na estimativa do MF apresentada com o OE/2018. Note-se, porém, que nessa estimativa passaram a estar incluídas despesas que não estavam previstas inicialmente (conversão de impostos diferidos em créditos fiscais; impacto do apoio financeiro aos lesados do BES/GES (Banco Espírito Santo/Grupo Espírito Santo) e; contratos *swap* celebrados pela STCP e pela Carris), cujo impacto deverá ter ocorrido no 4.º trimestre de 2017. Tanto o OE/2017 como a recente estimativa do MF não consideram qualquer impacto decorrente da operação de recapitalização da CGD. Os resultados relativos

¹⁰ Em termos ajustados, ou seja, excluindo o encaixe com a alienação de aeronaves F-16 à Roménia (38 M€) que em contas nacionais abate à despesa, a FBCF das AP passou de 4,5% no 1.º semestre de 2017 para 10,6% até setembro.

ao 3.º trimestre também não a refletem porque o respetivo tratamento estatístico se encontra em análise.¹¹

1.3 SALDO ORÇAMENTAL

O défice orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2017 atingiu 394 M€, equivalente a 0,3% do PIB do mesmo período, um resultado melhor do que o apurado na ótica da contabilidade de caixa.¹² Os ajustamentos de especialização do exercício (Quadro 11, em anexo) determinaram que o défice em contabilidade nacional fosse inferior em 0,2 p.p. do PIB ao apurado na ótica da contabilidade de caixa (0,5% do PIB). Em contas nacionais, o saldo alcançado até ao 3.º trimestre representa uma melhoria homóloga de 3421 M€ (2,5 p.p. do PIB – Gráfico 10), uma variação que é superior à prevista para o conjunto do ano na estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018 (de 0,6 p.p. do PIB). Para esta evolução contribuiu de forma decisiva o aumento da receita (3172 M€), muito em particular fiscal e contributiva. A receita não fiscal e não contributiva beneficiou da recuperação parcial da garantia do BPP (73 M€), ainda que abaixo do montante estimado pelo MF (450 M€ ou 0,2% do PIB anual). Expurgados os efeitos desta receita de carácter extraordinário e da alienação de aeronaves F-16 à Roménia na FBCF (38 M€), o défice orçamental seria de, aproximadamente, 0,4% do PIB até final do 3.º trimestre de 2017 (cf. saldo ajustado Gráfico 10). O total da despesa reduziu-se em 250 M€, para o que relevou o decréscimo dos encargos com prestações sociais e juros, o que permitiu contrariar o acréscimo noutras rubricas, como no investimento, consumo intermédio e despesas com pessoal.

A forte melhoria do saldo acumulado nos três primeiros trimestres deveu-se ao excedente orçamental registado no 3.º trimestre que se fixou em 2,6% do PIB gerado nesse período. Este resultado constituiu um máximo desde o início da série (1995) quer em termos nominais (1256 M€) quer em percentagem do PIB. A execução orçamental do 3.º trimestre foi assim determinante para que, em termos acumulados, se registasse uma posição do saldo global e do saldo primário melhor do que o previsto nos documentos de programação orçamental.

¹¹ A decisão sobre o respetivo registo em contas nacionais tem como limite março de 2018, a data da 1.ª notificação do PDE relativa a 2017. De acordo com o [INE](#), o plano de recapitalização da CGD totalizará 4874 M€, dos quais 3944 M€ foram suportados pelo Estado português no 1.º trimestre de 2017 (2500 M€ através de um aumento de capital em dinheiro e o restante através de um aumento de capital em espécie, [de acordo com o Comunicado do MF de 30 de março de 2017](#)).

¹² De notar que o défice até ao final do 2.º trimestre de 2017 foi revisto em baixa de 0,2 p.p. do PIB pelo INE relativamente ao reportado em setembro do corrente ano (1,9% do PIB) e que consta do [Relatório n.º 8/2017 do CFP referente à análise da evolução orçamental até junho](#).

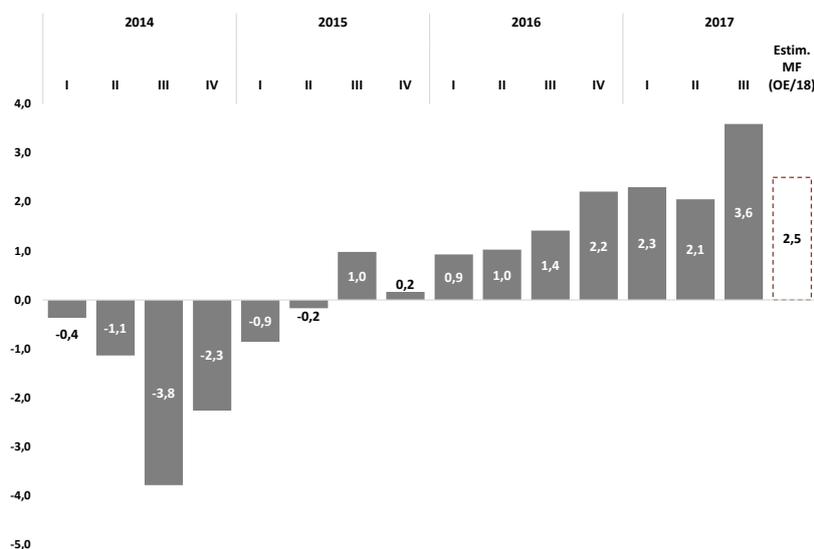
Gráfico 10 – Saldo orçamental das administrações públicas
(saldo acumulado no trimestre, em % do PIB)



Fonte: INE. Cálculos do CFP. | Nota: os dados foram ajustados dos efeitos de medidas temporárias e medidas não recorrentes evidenciados no Quadro 7.

Até setembro de 2017, o saldo primário ascendeu a 3,6% do PIB gerado nos três primeiros trimestres do ano, representando um excedente de 5173 M€. O saldo primário, que exclui a despesa com juros (5567 M€), reforçou a tendência de excedentes observados desde o terceiro trimestre de 2015. O excedente verificado nos primeiros três trimestres constituiu assim um novo máximo da série estatística comparável (ou seja, desde 1995). Este resultado do saldo primário até setembro (3,6% do PIB) foi também superior aos 2,5% do PIB estimados em outubro pelo MF para 2017 (Gráfico 11) e justificou mais de quatro quintos da redução homóloga do défice orçamental neste período.

Gráfico 11 – Saldo primário das administrações públicas
(saldo acumulado no trimestre, em % do PIB)



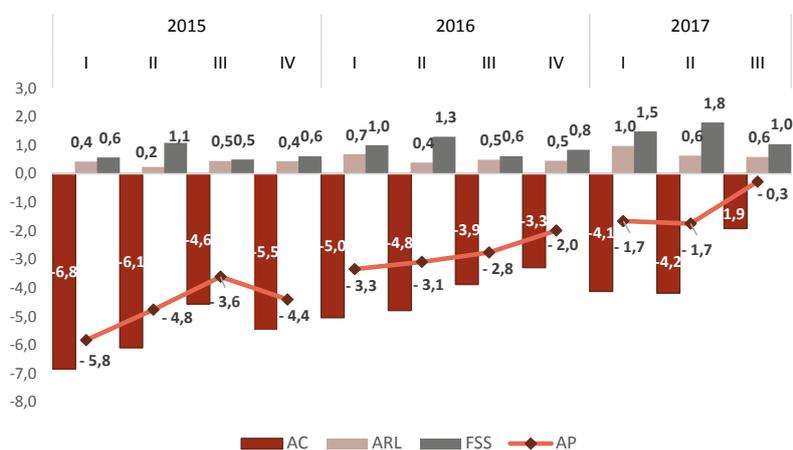
Fonte: INE. Cálculos do CFP. | Nota: "Estim. MF (OE/18)" corresponde ao saldo primário da estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018.

Excluindo o eventual impacto da operação de recapitalização da CGD e admitindo que a recuperação da garantia do BPP será apenas parcial, os resultados observados até ao 3.º trimestre e a informação já disponível relativa ao 4.º trimestre permitem antecipar um défice anual inferior a 1,4% do PIB, valor projetado pelo CFP em setembro. O desempenho da receita fiscal e contributiva acima do esperado pelo MF e a menor despesa com juros sugerem margens capazes de acomodar eventuais desvios ao nível da receita não fiscal e não contributiva e da despesa primária, incluindo o impacto do diferente perfil de pagamento do subsídio de Natal. O montante em concreto só poderá ser estimado com mais precisão uma vez clarificada a incerteza ainda existente quanto ao impacto orçamental do apoio financeiro do Estado aos lesados do BES/GES, bem como em relação à classificação em contas nacionais de despesas relacionadas com os incêndios florestais.

Subsectores

Em termos sectoriais continua a verificar-se uma melhoria homóloga dos saldos dos diversos subsectores das administrações públicas até setembro de 2017. A melhoria mais significativa ocorreu no subsector da administração central (AC), que registou uma redução do défice orçamental de 2,0 p.p. do PIB. O subsector dos fundos de segurança social (FSS) viu aumentar o seu excedente em 0,4 p.p. do PIB em termos homólogos, pese embora uma diminuição do saldo relativamente ao 1.º semestre, decorrente do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas da Segurança Social no 3.º trimestre do ano, efeito também observado em anos anteriores. A administração regional e local (ARL) contribuiu com 0,1 p.p. do PIB para a redução do défice, menor do que a verificada nos primeiros seis meses do ano (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Saldo orçamental por subsector
(saldo acumulado no trimestre, em % do PIB)



Fonte: INE. Cálculos CFP. | Notas: valores ajustados. AC – Administração Central; ARL – Administração Regional e Local, FSS – Fundos de Segurança Social, AP – Administrações Públicas.

A evolução em cada um dos subsectores das administrações públicas decorreu de situações específicas relativas às diversas componentes da receita e da despesa. Na AC a redução do défice por comparação com igual período de 2016 teve por base o aumento da receita fiscal do subsector (1851 M€), sendo de salientar, do lado da despesa, os

contributos da menor despesa corrente primária (447 M€) e da poupança com juros (208 M€). Nos FSS a melhoria homóloga do saldo resultou do acréscimo da receita contributiva (747 M€), a que se junta a diminuição de encargos com prestações sociais (206 M€), que prosseguem em sentido oposto ao aumento previsto pelo MF.¹³ Para a melhoria do saldo observado na ARL contribuiu o aumento da receita, quer fiscal (270 M€), quer não fiscal e não contributiva (165 M€). Esta evolução compensou o acréscimo da despesa primária (249 M€), assente no aumento do investimento (151 M€), cujo ritmo acelerou face aos trimestres precedentes¹⁴, bem como do consumo intermédio (106 M€), ainda que, neste caso, abaixo do estimado pelo MF.

¹³ Para o que contribuirá, no que respeita a encargos com pensões, a concentração de despesa no final do ano em resultado do perfil de pagamento adotado em 2017, de 62,5% do pagamento do 13.º mês aos pensionistas no quarto trimestre.

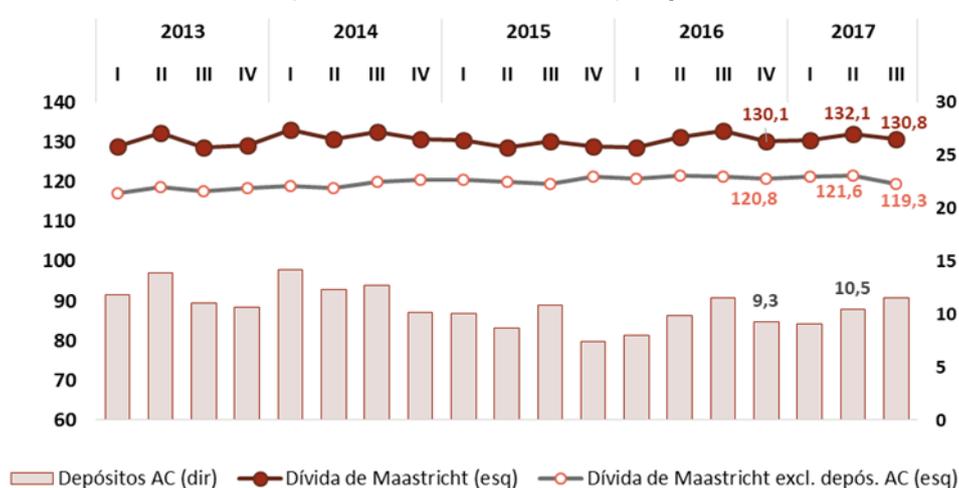
¹⁴ De 2,3% até final do 2.º trimestre para 15,4% até final do 3.º trimestre de 2017, acima da taxa de variação implícita à estimativa do MF (14,4%).

2 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

2.1 DÍVIDA DE MAASTRICHT

A dívida pública na ótica de Maastricht fixou-se em 130,8% do PIB no final do 3.º trimestre de 2017, o que compara com 130,1% no final de 2016. Esta variação tem por base um aumento do *stock* de dívida no montante de 8152 M€, para 249,1 mil M€ no final de setembro, superior ao aumento do PIB nominal até ao 3.º trimestre. No OE/2018 o Governo estima um rácio de dívida de 126,2% do PIB em 2017, o que implica que, no último trimestre do ano, se tenha verificado uma diminuição daquele rácio de 4,6 p.p.. A amortização da Obrigação do Tesouro ocorrida em outubro de 2017 (no montante de 6082 M€) conjuntamente com a amortização antecipada ao FMI no montante de 1000 M€ realizada no mês de dezembro são os dois fatores que levaram a uma redução do rácio de dívida bruta no decurso do 4.º trimestre.

Gráfico 13 – Evolução da dívida das administrações públicas (% do PIB)



Fonte: BdP e INE. Cálculos do CFP. Dir: eixo da direita; esq: eixo da esquerda.

Face ao trimestre precedente, a dívida de Maastricht diminuiu 1,2 p.p. do PIB no 3.º trimestre, sendo a variação maioritariamente explicada pelo efeito denominador, pela diminuição dos empréstimos e, em menor grau, pelo menor aumento dos títulos de dívida. A redução dos empréstimos reflete a amortização e reembolso antecipado do empréstimo concedido pelo FMI no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. A dívida líquida de depósitos reduziu-se em 2,2 p.p. do PIB, situando-se nos 119,3% do PIB. Em termos nominais, no final do 3.º trimestre a dívida na ótica de Maastricht líquida de depósitos da Administração Central diminuiu 2033 M€, situando-se em 227,2 mil M€, enquanto os depósitos da Administração Central se cifraram em 21,9 mil M€ (8,8% da dívida de Maastricht), face a 19,8 mil M€ no final do 2.º trimestre (7,9% da dívida de Maastricht).

2.2 AJUSTAMENTO DÉFICE-DÍVIDA

No 3.º trimestre de 2017 o aumento nominal da dívida pública em 80 M€ deveu-se a operações relacionadas com a aquisição líquida de ativos financeiros. O excedente

orçamental obtido pelas AP no 3.º trimestre (1256 M€) contribuiu para atenuar o aumento nominal de dívida contrariamente ao sucedido em trimestres anteriores. A aquisição líquida de ativos financeiros (2694 M€) – decorrente sobretudo de operações com numerário e depósitos (2281 M€) – justificou o incremento da dívida, que foi bastante mitigado pelas “outras variações na dívida”. Este último efeito favorável (-1155 M€) reflete a diferença entre os juros devidos e os juros pagos, bem como, as emissões acima do par (diferença positiva entre o preço de emissão e o valor nominal).

Quadro 4 – Ajustamentos défice-dívida (valores do trimestre, não acumulados, em M€)

3.ºT/2017	
(1) Défice orçamental [valores não ajustados]	-1 256
(2) Ajustamento défice-dívida	1 336
(+) Aquisição líquida de ativos financeiros	2 694
Numerário e depósitos	2 281
Títulos que não ações	13
Empréstimos	-33
Ações e outras participações	-25
Outros ativos financeiros	459
(-) Passivos não incluídos na dívida	203
(+) Outras variações na dívida (inclui valorizações)	-1 155
(3) Variação da dívida (ótica Maastricht) [1]+[2]	80

Fonte: BdP. Cálculos do CFP.

Caixa 1 – Revisões subjacentes à previsão do OE/2018

À semelhança do exercício orçamental de 2016, o OE/2017 não exigiu a aprovação pela Assembleia da República de diplomas de alteração. Contudo, a previsão da conta das AP para 2017 foi, tal como em 2016, objeto de revisão em dois documentos de programação orçamental – em abril no Programa de Estabilidade 2017-2021 e em outubro de 2017 com a apresentação da estimativa para 2017 subjacente à POE/2018.

As revisões efetuadas no âmbito daqueles dois documentos determinaram a correção em baixa quer do nível da receita e da despesa, quer o do défice, tanto em valores absolutos, como em percentagem do PIB (ver Quadro 5).

Programa de Estabilidade: A atualização realizada pelo MF em abril de 2017 reviu em baixa o objetivo do défice das AP, quer em termos nominais (-174 M€), quer em percentagem do PIB (0,1 p.p. do PIB). Esta alteração foi determinada pela correção em baixa do volume da despesa (-1673M€; -0,9 p.p. do PIB) superior à realizada no nível da receita (-1499 M€; -0,8 p.p. do PIB). A despesa corrente primária (-942 M€; -0,5 p.p. do PIB) justifica mais de metade desta revisão determinada pela correção em baixa da “outra despesa corrente” (-1076 M€; -0,6 p.p. do PIB). No mesmo sentido regista-se igualmente a revisão em baixa da despesa com juros (-367 M€; -0,2 p.p. do PIB) e a despesa de capital (-365 M€; -0,2 p.p. do PIB), esta última a traduzir um menor volume de despesa previsto com investimento (Formação Bruta de Capital Fixo). No que se refere à receita, a correção deste agregado decorre sobretudo da revisão em baixa da receita não fiscal (-1476 M€; -0,8 p.p. do PIB). A forte correção em baixa das vendas e “outra receita corrente” (-971 M€; -0,5 p.p. do PIB), e a menor expectativa receita de capital face ao previsto (-640 M€; 0,3 p.p. do PIB) justificam a atualização da estimativa de receita.

Quadro 5 – Diferenças do PE/2017 e da estimativa para 2017 face ao OE/2018

	OE/2017	PE /2017	Estimativa (OE/2018)	Diferenças face ao OE/2017			
				Milhões de euros		p.p. do PIB	
				PE/2017	Estimativa	PE/2017	Estimativa
Receita Total	84 153	82 654	83 507	-1 499	-646	-0,8	-0,7
Receita corrente	82 251	81 392	82 212	-859	-39	-0,5	-0,4
Receita fiscal	47 601	47 578	48 563	-23	962	0,0	0,3
Impostos indiretos	28 169	28 300	28 880	131	711	0,1	0,2
Impostos diretos	19 432	19 278	19 683	-154	251	-0,1	0,0
Contribuições sociais	22 313	22 447	22 502	134	189	0,1	0,0
Vendas e outras receitas correntes	12 337	11 366	11 147	-971	-1190	-0,5	-0,7
Receitas de capital	1 902	1 262	1 296	-640	-606	-0,3	-0,3
Despesa Total	87 171	85 498	86 257	-1673	-914	-0,9	-0,9
Despesa primária	78 874	77 567	78 689	-1307	-186	-0,7	-0,4
Despesa corrente primária	73 878	72 936	74 148	-942	271	-0,5	-0,2
Consumo intermédio	10 680	10 680	10 772	1	93	0,0	0,0
Despesas com pessoal	20 975	21 165	21 409	190	434	0,1	0,1
Prestações sociais	35 615	35 615	36 057	0	442	0,0	0,1
que não em espécie	32 414	32 414	32 505	0	91	0,0	-0,1
em espécie	3 201	3 201	3 552	0	351	0,0	0,2
Subsídios	1 106	1 049	1 010	-57	-96	0,0	-0,1
Outras despesas correntes	5 502	4 426	4 900	-1076	-602	-0,6	-0,3
Despesas de capital	4 996	4 631	4 540	-365	-456	-0,2	-0,3
FBCF	4 177	3 812	3 224	-365	-953	-0,2	-0,5
Outras despesas de capital	820	820	1 316	0	497	0,0	0,3
Juros	8 297	7 930	7 569	-367	-728	-0,2	-0,4
Saldo global	-3 018	-2 844	-2 750	174	268	0,1	0,2
	<i>Em % do PIB</i>	<i>-1,6</i>	<i>-1,5</i>	<i>-1,4</i>			
Saldo primário	5 279	5 087	4 819	-192	-460		
PIB nominal	190 810	190 892	192 453	82	1643		

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. Valores não ajustados.

Estimativa para 2017 subjacente à POE/2018: As alterações decorrentes desta atualização resultaram numa nova revisão em baixa do défice, em valor absoluto e em percentagem do PIB (-268M€; -0,2 p.p. do PIB) face ao estabelecido no OE/2017. A expectativa de uma menor despesa com juros face ao inicialmente previsto (-728 M€; -0,4 p.p. do PIB), traduzindo a melhoria das condições de financiamento da dívida pública, assim como um nível de despesa primária igualmente inferior justificam o contributo da despesa na correção em baixa do défice (-914 M€, -0,9 p.p. do PIB). Não obstante a estimativa de um menor volume de despesa primária, face ao estabelecido no OE/2017 esta reflete uma revisão da despesa de capital e da despesa corrente primária de diferente magnitude. Enquanto a correção em baixa da despesa de capital (-456 M€; -0,3 p.p. do PIB) se deve à menor despesa estimada para o investimento, no caso da despesa corrente primária as correções efetuadas ao nível do consumo intermédio, despesas com pessoal e prestações sociais refletem um contributo negativo, em termos nominais (969 M€), para a revisão em baixa do défice orçamental, que não se reflete em rácio do produto devido à revisão em alta do PIB nominal (+1643 M€). No que se refere à receita, a maior expectativa de receita fiscal e contributiva (1150 M€; 0,3 p.p. do PIB) explicada em mais de três quartos pelo maior cobrança esperada através dos impostos indiretos e de contribuições sociais efetivas, refletindo um ritmo de crescimento do produto e emprego acima do inicialmente esperado, é contudo insuficiente para anular a revisão em baixa das receitas que se estimam obter com vendas e “outras receitas correntes” (-1190 M€, -0,7 p.p. do PIB) e “receitas de capital” (-606 M€; -0,3 p.p. do PIB).

ANEXO

Quadro 6 – Conta das administrações públicas
(valores acumulados no final de cada trimestre, em M€)

	2016				2017				Variação		
	I	II	III	IV	I	II	III	Estimativa (OE/2018)	Homóloga		Estimativa
									%	Ctvh	
Receita Total	17 712	36 994	57 850	79 706	18 316	37 997	61 022	83 507	5,5	5,5	4,8
Receita corrente	17 599	36 749	57 505	78 909	18 192	37 661	60 547	82 212	5,3	5,3	4,2
Receita fiscal	10 343	21 090	33 831	46 428	10 468	21 263	35 977	48 563	6,3	3,7	4,6
Impostos indiretos	6 448	13 141	20 230	27 347	6 765	13 943	21 667	28 880	7,1	2,5	5,6
Impostos diretos	3 896	7 949	13 601	19 081	3 703	7 320	14 310	19 683	5,2	1,2	3,2
Contribuições sociais	4 970	10 459	15 807	21 609	5 225	11 005	16 646	22 502	5,3	1,5	4,1
Das quais: efetivas	3 900	8 067	12 280	16 929	4 140	8 581	13 074	17 736	6,5	1,4	4,8
Vendas e outras receitas correntes	2 286	5 199	7 866	10 873	2 499	5 393	7 924	11 147	0,7	0,1	2,5
Receitas de capital	113	245	345	796	124	336	474	1 296	37,5	0,2	62,7
Despesa Total	19 198	39 807	61 665	83 371	19 076	39 647	61 415	86 257	-0,4	-0,4	3,5
Despesa primária	17 299	36 056	55 886	75 610	17 259	36 051	55 849	78 689	-0,1	-0,1	4,1
Despesa corrente primária	16 660	34 586	53 522	72 058	16 564	34 525	53 289	74 148	-0,4	-0,4	2,9
Consumo intermédio	2 241	4 783	7 380	10 418	2 379	4 862	7 476	10 772	1,3	0,2	3,4
Despesas com pessoal	4 845	10 670	15 678	20 881	4 886	10 751	15 755	21 409	0,5	0,1	2,5
Prestações sociais	8 206	16 536	26 537	35 113	8 106	16 330	26 218	36 057	-1,2	-0,5	2,7
que não em espécie	7 441	14 955	24 153	31 730	7 324	14 677	23 735	32 505	-1,7	-0,7	2,4
em espécie	765	1 581	2 384	3 383	783	1 653	2 483	3 552	4,1	0,2	5,0
Subsídios	168	384	607	975	159	353	534	1 010	-11,9	-0,1	3,6
Outra despesa corrente	1 200	2 213	3 319	4 671	1 033	2 229	3 306	4 900	-0,4	0,0	4,9
Despesas de capital	639	1 470	2 364	3 552	696	1 526	2 560	4 540	8,3	0,3	27,8
FBCF	559	1 218	1 877	2 734	565	1 271	2 119	3 224	12,9	0,4	17,9
Outras despesas de capital	81	253	487	819	131	255	440	1 316	-9,6	-0,1	60,8
Juros	1 899	3 751	5 779	7 761	1 817	3 595	5 567	7 569	-3,7	-0,3	-2,5
Saldo global	-1 486	-2 814	-3 815	-3 665	-760	-1 650	-394	-2 750	:	:	:
Saldo primário	413	938	1 964	4 096	1 057	1 945	5 173	4 819	:	:	:
Despesa corrente	18 559	38 337	59 301	79 818	18 380	38 121	58 856	81 717	-0,8	-0,7	2,4
PIB nominal	44 502	91 340	138 692	185 179	45 943	94 740	143 927	192 453	3,8	:	3,9

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: A coluna "Estimativa (OE/2018)" corresponde à estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018. A variação da estimativa tem por referência a execução de 2016.

Quadro 7 – Impacto das medidas temporárias e não recorrentes no saldo acumulado
(em % do PIB no final de cada trimestre)

	2013	2014				2015				2016				2017			
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	Estim. (OE/2018)
Medidas temporárias e não recorrentes	0,3		-1,5	-4,8	-3,6				-1,3			0,1	0,4	0,0	0,1	0,1	0,2
Receita	0,8								0,1			0,4	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Perdão fiscal [RERD (2013) / PERES (2016)]	0,8											0,2					
IVA	0,1											0,0					
Outros Imp. Ind.	0,1											0,0					
IRS; IRC	0,4											0,2					
IMI; IMT	0,0																
Segurança Social	0,1												0,0				
Devolução parcial das <i>Prepaid Margins</i>													0,2				
Contribuição para o Fundo Único de Resolução									0,1								
Recuperação de garantia do BPP														0,0	0,1	0,1	0,2
Despesa	0,4		1,5	4,8	3,6				1,4			-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio ao Sistema Bancário	0,4		0,1	3,9	2,9				1,4								
Capitalização Novo Banco				3,8	2,8												
Capitalização BANIF	0,4											1,3					
Capitalização BANIF (aquisição ativos OITANTE)												0,1					
Capitalização BPN			0,1	0,1	0,1												
Assunções de dívida			1,4	0,9	0,7												0,1
Pagamentos one-off à União Europeia													0,0				
Entrega de Aeronaves F-16 à Roménia													-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, MF e BdP. Cálculos CFP. | Notas: Os totais não correspondem necessariamente à soma das parcelas em percentagem do PIB devido a arredondamentos. Os valores podem vir a sofrer alterações ao longo do ano caso a disponibilização de nova informação assim o justifique. A coluna "Estim. (OE/2018)" corresponde à estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018.

Quadro 8 – Conta (ajustada) das administrações públicas
(valores acumulados no final de cada trimestre, em M€)

	2016				2017				Variação		
	I	II	III	IV	I	II	III	Estimativa	Homóloga		
								(OE/2018)	%	Ctvh	%
Receita Total	17 712	36 994	57 850	78 960	18 305	37 925	60 949	83 057	5,4	5,4	5,2
Receita corrente	17 599	36 749	57 505	78 466	18 192	37 661	60 547	82 212	5,3	5,3	4,8
Receita fiscal	10 343	21 090	33 831	46 032	10 468	21 263	35 977	48 563	6,3	3,7	5,5
Impostos indiretos	6 448	13 141	20 230	27 243	6 765	13 943	21 667	28 880	7,1	2,5	6,0
Impostos diretos	3 896	7 949	13 601	18 788	3 703	7 320	14 310	19 683	5,2	1,2	4,8
Contribuições sociais	4 970	10 459	15 807	21 561	5 225	11 005	16 646	22 502	5,3	1,5	4,4
Das quais: efetivas	3 900	8 067	12 280	16 882	4 140	8 581	13 074	17 736	6,5	1,4	5,1
Vendas e outras receitas correntes	2 286	5 199	7 866	10 873	2 499	5 393	7 924	11 147	0,7	0,1	2,5
Receitas de capital	113	245	345	495	113	264	402	846	16,5	0,1	71,0
Despesa Total	19 198	39 807	61 740	83 405	19 077	39 649	61 454	86 176	-0,5	-0,5	3,3
Despesa primária	17 299	36 056	55 961	75 644	17 260	36 053	55 887	78 607	-0,1	-0,1	3,9
Despesa corrente primária	16 660	34 586	53 522	71 981	16 564	34 525	53 289	74 148	-0,4	-0,4	3,0
Consumo intermédio	2 241	4 783	7 380	10 418	2 379	4 862	7 476	10 772	1,3	0,2	3,4
Despesas com pessoal	4 845	10 670	15 678	20 881	4 886	10 751	15 755	21 409	0,5	0,1	2,5
Prestações sociais	8 206	16 536	26 537	35 113	8 106	16 330	26 218	36 057	-1,2	-0,5	2,7
que não em espécie	7 441	14 955	24 153	31 730	7 324	14 677	23 735	32 505	-1,7	-0,7	2,4
em espécie	765	1 581	2 384	3 383	783	1 653	2 483	3 552	4,1	0,2	5,0
Subsídios	168	384	607	975	159	353	534	1 010	-11,9	-0,1	3,6
Outra despesa corrente	1 200	2 213	3 319	4 594	1 033	2 229	3 306	4 900	-0,4	0,0	6,7
Despesas de capital	639	1 470	2 439	3 664	697	1 528	2 598	4 459	6,5	0,3	21,7
FBCF	559	1 218	1 952	2 845	566	1 272	2 158	3 253	10,6	0,3	14,3
Outras despesas de capital	81	253	487	819	131	255	440	1 206	-9,6	-0,1	47,3
Juros	1 899	3 751	5 779	7 761	1 817	3 595	5 567	7 569	-3,7	-0,3	-2,5
Saldo global	-1 486	-2 814	-3 890	-4 445	-772	-1 723	-505	-3 118	:	:	:
Saldo primário	413	938	1 890	3 316	1 045	1 872	5 062	4 450	:	:	:
Despesa corrente	18 559	38 337	59 301	79 741	18 380	38 121	58 856	81 717	-0,8	-0,7	2,5
PIB nominal	44 502	91 340	138 692	185 179	45 943	94 740	143 927	192 453	3,8	:	3,9

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: A coluna "Estimativa (OE/2018)" corresponde à estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018. A variação da estimativa tem por referência a execução de 2016. Os valores foram ajustados de medidas temporárias e medidas não recorrentes evidenciados no Quadro 7.

Quadro 9 – Conta das administrações públicas (em % do PIB no final de cada trimestre)

	2016				2017				Δ (p.p. do PIB)	
	I	II	III	IV	I	II	III	Estimativa	Homóloga	Estimativa
								(OE/2018)		
Receita Total	39,8	40,5	41,7	43,0	39,9	40,1	42,4	43,4	0,7	0,3
Receita corrente	39,5	40,2	41,5	42,6	39,6	39,8	42,1	42,7	0,6	0,1
Receita fiscal	23,2	23,1	24,4	25,1	22,8	22,4	25,0	25,2	0,6	0,2
Impostos indiretos	14,5	14,4	14,6	14,8	14,7	14,7	15,1	15,0	0,5	0,2
Impostos diretos	8,8	8,7	9,8	10,3	8,1	7,7	9,9	10,2	0,1	-0,1
Contribuições sociais	11,2	11,5	11,4	11,7	11,4	11,6	11,6	11,7	0,2	0,0
Das quais: efetivas	8,8	8,8	8,9	9,1	9,0	9,1	9,1	9,2	0,2	0,1
Vendas e outras receitas correntes	5,1	5,7	5,7	5,9	5,4	5,7	5,5	5,8	-0,2	-0,1
Receitas de capital	0,3	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,3	0,7	0,1	0,2
Despesa Total	43,1	43,6	44,5	45,0	41,5	41,8	42,7	44,8	-1,8	-0,2
Despesa primária	38,9	39,5	40,3	40,8	37,6	38,1	38,8	40,9	-1,5	0,1
Despesa corrente primária	37,4	37,9	38,6	38,9	36,1	36,4	37,0	38,5	-1,6	-0,4
Consumo intermédio	5,0	5,2	5,3	5,6	5,2	5,1	5,2	5,6	-0,1	0,0
Despesas com pessoal	10,9	11,7	11,3	11,3	10,6	11,3	10,9	11,1	-0,4	-0,2
Prestações sociais	18,4	18,1	19,1	19,0	17,6	17,2	18,2	18,7	-0,9	-0,2
que não em espécie	16,7	16,4	17,4	17,1	15,9	15,5	16,5	16,9	-0,9	-0,2
em espécie	1,7	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	0,0	0,0
Subsídios	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4	0,5	-0,1	0,0
Outra despesa corrente	2,7	2,4	2,4	2,5	2,2	2,4	2,3	2,5	-0,1	0,0
Despesas de capital	1,4	1,6	1,7	1,9	1,5	1,6	1,8	2,4	0,1	0,4
FBCF	1,3	1,3	1,4	1,5	1,2	1,3	1,5	1,7	0,1	0,2
Outras despesas de capital	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,7	0,0	0,2
Juros	4,3	4,1	4,2	4,2	4,0	3,8	3,9	3,9	-0,3	-0,3
Saldo global	-3,3	-3,1	-2,8	-2,0	-1,7	-1,7	-0,3	-1,4	2,5	0,6
Saldo primário	0,9	1,0	1,4	2,2	2,3	2,1	3,6	2,5	2,2	0,3

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: A coluna "Estimativa (OE/2018)" corresponde à estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018. A variação da estimativa tem por referência a execução de 2016.

Quadro 10 – Conta (ajustada) das administrações públicas (em % do PIB no final de cada trimestre)

	2016				2017				Δ (p.p. do PIB)	
	I	II	III	IV	I	II	III	Estimativa (OE/2018)	Homóloga	Estimativa
Receita Total	39,8	40,5	41,7	42,6	39,8	40,0	42,3	43,2	0,6	0,5
Receita corrente	39,5	40,2	41,5	42,4	39,6	39,8	42,1	42,7	0,6	0,3
Receita fiscal	23,2	23,1	24,4	24,9	22,8	22,4	25,0	25,2	0,6	0,4
Impostos indiretos	14,5	14,4	14,6	14,7	14,7	14,7	15,1	15,0	0,5	0,3
Impostos diretos	8,8	8,7	9,8	10,1	8,1	7,7	9,9	10,2	0,1	0,1
Contribuições sociais	11,2	11,5	11,4	11,6	11,4	11,6	11,6	11,7	0,2	0,0
Das quais: efetivas	8,8	8,8	8,9	9,1	9,0	9,1	9,1	9,2	0,2	0,1
Vendas e outras receitas correntes	5,1	5,7	5,7	5,9	5,4	5,7	5,5	5,8	-0,2	-0,1
Receitas de capital	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,0	0,2
Despesa Total	43,1	43,6	44,5	45,0	41,5	41,9	42,7	44,8	-1,8	-0,3
Despesa primária	38,9	39,5	40,3	40,8	37,6	38,1	38,8	40,8	-1,5	0,0
Despesa corrente primária	37,4	37,9	38,6	38,9	36,1	36,4	37,0	38,5	-1,6	-0,3
Consumo intermédio	5,0	5,2	5,3	5,6	5,2	5,1	5,2	5,6	-0,1	0,0
Despesas com pessoal	10,9	11,7	11,3	11,3	10,6	11,3	10,9	11,1	-0,4	-0,2
Prestações sociais	18,4	18,1	19,1	19,0	17,6	17,2	18,2	18,7	-0,9	-0,2
que não em espécie	16,7	16,4	17,4	17,1	15,9	15,5	16,5	16,9	-0,9	-0,2
em espécie	1,7	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	0,0	0,0
Subsídios	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4	0,5	-0,1	0,0
Outra despesa corrente	2,7	2,4	2,4	2,5	2,2	2,4	2,3	2,5	-0,1	0,1
Despesas de capital	1,4	1,6	1,8	2,0	1,5	1,6	1,8	2,3	0,0	0,3
FBCF	1,3	1,3	1,4	1,5	1,2	1,3	1,5	1,7	0,1	0,2
Outras despesas de capital	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	0,0	0,2
Juros	4,3	4,1	4,2	4,2	4,0	3,8	3,9	3,9	-0,3	-0,3
Saldo global	-3,3	-3,1	-2,8	-2,4	-1,7	-1,8	-0,4	-1,6	2,5	0,8
Saldo primário	0,9	1,0	1,4	1,8	2,3	2,0	3,5	2,3	2,2	0,5

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Cálculos do CFP. | Notas: A coluna "Estimativa (OE/2018)" corresponde à estimativa para 2017 subjacente ao OE/2018. A variação da estimativa tem por referência a execução de 2016. Os valores foram ajustados dos montantes de medidas temporárias e medidas não recorrentes evidenciados no Quadro 7.

Quadro 11 – Ajustamento de passagem entre óticas contabilísticas
(% do PIB gerado no período)

	janeiro-setembro	
	2016	2017
(1) Saldo em Contabilidade Pública	-2,4	-0,5
Administração Central e Segurança Social	-2,7	-0,8
Administração Regional e Local	0,4	0,3
(2) Ajustamentos de passagem à Contabilidade Nacional	-0,4	0,3
Diferenças de universo	0,0	0,0
Especialização do exercício (Ajustamento Caixa-Compromissos)	0,8	0,6
Impostos e contribuições sociais *	-0,2	0,0
Dif. entre juros pagos e devidos	-0,1	-0,1
Outros desfasamentos temporais (dos quais)	1,1	0,6
Ajustamento caixa-compromissos CGA e SNS	0,1	0,0
Ajustamento de especialização às empresas públicas reclassificadas (das quais)	1,4	0,8
Dotação de Capital em Entidades Públicas Reclassificadas	1,7	0,7
Outros ajustamentos (dos quais)	-1,2	-0,3
Injeções de capital (das quais)	-1,1	-0,8
Dotação de Capital em Entidades Públicas Reclassificadas	-1,7	-0,7
Fundos de pensões	0,2	0,2
(3) = (1)+(2) Saldo em Contabilidade Nacional	-2,8	-0,3

Fonte: INE. Cálculos do CFP | Nota: (*) Ajustamento temporal. Os ajustamentos de sinal positivo/negativo originam um défice em contas nacionais inferior/superior ao obtido na ótica da contabilidade pública. Os totais não correspondem necessariamente à soma das parcelas em percentagem do PIB devido a arredondamentos.

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas	Significado
AC	Administração Central
AL	Administração Local
AP	Administrações Públicas
AR	Assembleia da República
ARL	Administração Regional e Local
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BANIF	Banco Internacional do Funchal, S.A.
BdP	Banco de Portugal
BES	Banco Espírito Santo
BPN	BPN – Banco Português de Negócios, S.A.
CFP	Conselho das Finanças Públicas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CGD	Caixa Geral de Depósitos
Ctva	Contributo para a taxa de variação anual
Ctvh	Contributo para a taxa de variação homóloga
DGAEP	Direção Geral da Administração e do Emprego Público
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DL	Decreto-Lei
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FEFSS	Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social
FSS	Fundos de Segurança Social
GES	Grupo Espírito Santo
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IEC	Impostos Especiais sobre o Consumo
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - E.P.E.
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
MF	Ministério das Finanças
OE	Orçamento do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
PE	Programa de Estabilidade
PERES	Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado
PIB	Produto Interno Bruto
POE	Proposta de Orçamento do Estado
p.p.	Pontos percentuais
PPP	Parcerias Público-Privadas
S.A.	Sociedade Anónima
SEC	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
STCP	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto
Tvh	Taxa de variação homóloga
Tvha	Taxa de variação homóloga acumulada
UE	União Europeia

PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Banco de Portugal, Boletim Estatístico – novembro de 2017

Banco de Portugal, Contas Financeiras Trimestrais – 3.º trimestre 2017

DGO, Síntese da Execução Orçamental – setembro de 2017

IGCP, Boletim Mensal – setembro de 2017

IGFSS, Execução Orçamental – setembro de 2017

INE, Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional – 3.º trimestre 2017

Ministério das Finanças, Programa de Estabilidade 2017-2021

Ministério das Finanças, Orçamento do Estado para 2017

Ministério das Finanças, Orçamento do Estado para 2018



Conselho das Finanças Públicas

Praça de Alvalade, n.º 6 – 10.º, 1700-036 Lisboa, Portugal

TEL +351 211 024 400 | FAX +351 211 021 870